

NO ESTADO

R\$ 70 milhões a mais por ano com royalties

STF aprovou mudança no cálculo dos critérios para a fixação do preço mínimo dos repasses

/// BEATRIZ SEIXAS
bseixas@reddegazeta.com.br

O Espírito Santo terá um acréscimo de cerca de R\$ 70 milhões na receita com royalties e participações especiais da produção de petróleo e gás em 2017.

O incremento para os cofres capixabas é fruto da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) terá que mudar a fórmula de cálculo dos critérios para a fixação do preço mínimo do óleo e do gás, que são considerados na conta do repasse das compensações financeiras.

O secretário de Estado da Fazenda, Paulo Roberto Ferreira, explicou que o cálculo leva em consideração parâmetros de produção, preço do barril e câmbio.

“Dessa forma, seguindo esses parâmetros, vamos ter um acréscimo de 7%, ou seja, R\$ 70 milhões, já que, neste ano, a arrecadação é da ordem de R\$ 1 bilhão”.

Para o titular da pasta, os recursos chegam em um momento propício, já que o Estado vem sofrendo com a queda de receitas, especialmente de royalties e participações especiais, que em 2016 foi 30% menor do que a de 2015.

FAZENDA

“Esse aumento de recursos é positivo, já que ajuda a arrecadação em um momento de receitas em queda. Só com royalties foram 30% a menos em 2016”

PAULO ROBERTO FERREIRA SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO

A partir da decisão do ministro do STF, Luiz Fux, na última quinta-feira, 15, o governo federal vai ter até o dia 1º de março para publicar no Diário Oficial da União a resolução sobre o preço mínimo do petróleo.

A resolução terá como base o resultado da consulta pública feita pela ANP e as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) na reunião da última quarta-feira, 14, segundo informações do portal Brasil Energia. O ministro Fux e as partes envolvidas no processo entenderam que caberá ao governo determinar as estratégias, enquanto a agência terá a prerrogativa de estabelecer os critérios para o cálculo do preço mínimo.

A grande discussão a partir de agora será sobre a forma de implantação e o conteúdo da resolução. O governo defende que seja

estabelecido um prazo de carência e um período de transição antes das novas regras começarem a vigorar, como forma de garantir previsibilidade às empresas. Mas os Estados beneficiados, especialmente o Rio de Janeiro, pleiteiam a aplicação imediata.

A revisão dos critérios, que busca adequar uma portaria publicada há mais de 15 anos às condições do mercado internacional de petróleo, deverá elevar os valores a serem pagos ao governo por petroleiras no Brasil e, por isso, enfrenta forte resistência da indústria petrolífera.

Com a revisão, há estimativa de aumento de mais de R\$ 2 bilhões por ano nos pagamentos feitos pelas petroleiras em royalties e participações, segundo cálculos recentes do Instituto Brasileiro de Petróleo. Somente o Rio de Janeiro receberia mais de R\$ 1 bilhão por ano.

EDSON CHAGAS/ARQUIVO



Produção de petróleo: cálculo de repasses vai mudar